

VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S.A.
(CNPJ nº 27.486.182.0001/09)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S.A.
(CNPJ nº 27.486.182.0001/09)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Viação Águia Branca S.A.
Cariacica - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Viação Águia Branca S.A., ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Viação Águia Branca S.A., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 RJ 013846/F



Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

VIAÇÃO AGUIA BRANCA S/A

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
Circulante						Circulante					
Caixa e bancos	5	3.838	5.091	5.542	7.178	Empréstimos e financiamentos	15	30.878	39.446	37.563	42.443
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	76.296	89.684	78.938	98.187	Fornecedores	16	9.827	11.644	13.598	21.424
Contas a receber	6	11.004	16.488	26.879	25.797	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias	17	42.403	17.728	49.739	25.839
Operações a Receber	7	6.602	11.225	8.265	15.974	Recebimentos antecipados	18	24.867	11.366	37.489	19.699
Impostos e contribuições a recuperar	8	36.372	16.045	38.620	17.680	Contas a pagar	19	8.034	7.694	9.127	9.329
Bens destinados à venda	9	21.912	-	21.912	-	Contas a pagar por aquisições	20	10.741	10.032	10.741	10.032
Estoques	-	3.166	2.785	5.027	4.294	Transações com partes relacionadas	10	3.012	12	12	12
Despesas antecipadas	-	2.799	2.533	4.020	3.880			129.762	97.922	158.269	128.778
Transações com partes relacionadas	10	-	108	-	-						
		161.989	143.959	189.203	172.990	Não circulante					
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	15	153.467	116.489	188.589	151.202
Impostos e contribuições a recuperar	8	8.854	5.635	12.494	9.531	Outras contas a pagar	19	1.868	-	1.868	-
Operações a Receber	7	1.792	4.880	1.794	14.936	Contas a pagar por aquisições	20	16.363	28.191	16.363	28.191
Depósitos judiciais e outros	11	11.152	10.107	15.467	13.734	Riscos Fiscais e Outros Passivos Contingentes	21	4.289	5.702	6.942	8.366
Transações com partes relacionadas	10	47.353	53.665	75.921	76.438	Obrigações trabalhistas e tributárias	17	-	-	957	957
Adiantamento para Futuro Investimento		-	-	-	-	Provisão para imposto de renda e contrib. social diferidos	28.3	70.135	68.078	85.736	82.552
		69.151	74.287	105.676	114.639			246.122	218.460	300.455	271.268
Investimento	12	220.342	224.567	16	16	Patrimônio líquido	22				
Imobilizado líquido	13	262.697	256.641	370.290	363.536	Capital social	-	431.530	409.530	431.530	409.530
Intangível líquido	14	28.954	32.562	161.173	164.836	Reservas de Capital	-	480	480	480	480
		511.993	513.770	531.479	528.388	Prejuízos acumulados	-	(65.010)	4.810	(65.010)	4.810
						Reservas de reavaliação	-	5.478	6.043	5.478	6.043
						Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(5.229)	(5.229)	(5.229)	(5.229)
								367.249	415.634	367.249	415.634
						Participação acionistas não controladores		-	-	385	337
Total do ativo		743.133	732.016	826.358	816.017	Total do passivo e patrimônio líquido		743.133	732.016	826.358	816.017

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VIAÇÃO AGUIA BRANCA S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita de transporte de passageiros		329.536	317.271	465.130	442.651
Receita de outras atividades - fretamento		19.851	18.206	29.107	27.341
Receita operacional	24	349.387	335.477	494.237	469.992
Devoluções e cancelamentos		-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições sobre os serviços		-	-	-	-
PIS		(2.364)	(2.186)	(3.300)	(3.031)
COFINS		(10.914)	(10.087)	(15.244)	(14.023)
CPRB		(6.908)	(6.670)	(9.826)	(9.211)
ICMS		(34.658)	(32.115)	(51.628)	(47.250)
ISS		(475)	(412)	(549)	(469)
Deduções da receita operacional	24	(55.319)	(51.470)	(80.547)	(73.984)
Receita operacional líquida	24	294.068	284.007	413.690	396.008
Custo de tráfego e operação:					
Transporte interestadual de passageiros		(86.019)	(76.689)	(143.167)	(134.661)
Transporte intermunicipal de passageiros		(101.347)	(98.814)	(111.057)	(106.610)
Transporte municipal de passageiros		(177)	(152)	(186)	(152)
Custo com fretamento		(11.506)	(9.808)	(18.609)	(16.470)
Custo de manutenção:					
Transporte interestadual de passageiros		(10.831)	(10.220)	(18.325)	(16.636)
Transporte intermunicipal de passageiros		(10.237)	(9.981)	(11.386)	(10.737)
Transporte municipal de passageiros		(18)	(15)	(18)	(15)
Custo com fretamento		(1.171)	(1.207)	(2.091)	(1.921)
Custos dos serviços de transportes	25.1	(221.306)	(206.886)	(304.839)	(287.202)
Lucro bruto		72.762	77.121	108.851	108.806
Despesas administrativas	25.2	(43.534)	(39.607)	(46.104)	(42.664)
Despesas comerciais	25.3	(48.678)	(42.560)	(62.172)	(55.215)
Ganho na alienação de ativo imobilizado		(6.149)	(7.033)	(6.499)	(3.862)
Outras receitas/(despesas) operacionais	26	(34.578)	6.771	(49.064)	5.963
		(132.939)	(82.429)	(163.839)	(95.778)
Resultado antes do resultado financeiro		(60.177)	(5.308)	(54.988)	13.028
Despesas financeiras	27	(32.645)	(17.650)	(37.850)	(22.000)
Receitas financeiras	27	29.086	5.575	29.572	6.472
Resultado líquido financeiro		(3.559)	(12.075)	(8.278)	(15.528)
Resultado antes das participações societárias		(63.736)	(17.383)	(63.266)	(2.500)
Resultado com equivalência patrimonial		(4.225)	10.854	-	-
Prejuízo antes dos impostos sobre a renda		(67.961)	(6.529)	(63.266)	(2.500)
Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social					
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	28	-	-	(3.518)	(2.517)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	28	(2.425)	889	(3.554)	(562)
Prejuízo líquido do exercício		(70.386)	(5.640)	(70.338)	(5.579)
Acionistas não controladores		-	-	48	62
Acionistas controladores		-	-	(70.386)	(5.640)
Prejuízo líquido por ação	23	(0,11)	(0,01)	(0,11)	(0,01)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VIAÇÃO AGUIA BRANCA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo líquido do exercício	(70.386)	(5.640)	(70.386)	(5.640)
Perdas com benefício pós-emprego - obrigações atuariais	-	84	-	84
IR e CSLL diferido sobre perda atuarial	-	(29)	-	(29)
Outros resultados abrangentes em investidas	-	(59)	-	(59)
Total do resultado abrangente do período, líquido de impostos	<u>(70.386)</u>	<u>(5.644)</u>	<u>(70.386)</u>	<u>(5.644)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VIAÇÃO AGUIA BRANCA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reserva de reavaliação de controlada	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Outros resultados abrangentes	Total	Participação não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	353.528	480	6.607	10.067	-	(4.840)	(179)	365.662	(386)	365.276	217	365.492
Aumento de capital	56.002	-	-	-	-	-	-	56.002	-	56.002	-	56.002
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(5.640)	(5.640)	-	(5.640)	62	(5.578)
Absorção de prejuízo	-	-	-	(5.257)	-	-	5.257	-	-	-	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(563)	-	562	-	-	-	-	-	-	-
Retenção dos lucros	-	-	-	-	(562)	-	562	-	-	-	-	-
Perdas atuariais com benefício pos-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	84	84	-	84
IR e CSLL diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(29)	-	(29)
Outros Resultados Abrangentes Investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	(59)	(59)	59	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	409.530	480	6.044	4.810	-	(4.840)	-	416.024	(389)	415.635	338	415.971
Aumento de capital	22.000	-	-	-	-	-	-	22.000	-	22.000	-	22.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(70.386)	(70.386)	-	(70.386)	48	(70.338)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(566)	-	566	-	-	-	-	-	-	-
Retenção dos lucros	-	-	-	-	(566)	-	566	-	-	-	-	-
Absorção da reserva pelos prejuízos acumulados	-	-	-	(4.810)	-	-	4.810	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	431.530	480	5.478	-	-	(4.840)	(65.010)	367.638	(389)	367.249	386	367.633

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VIAÇÃO AGUIA BRANCA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido antes do imposto de renda	(67.960)	(6.529)	(63.266)	(2.500)
Receitas/(despesas) que não afetam o caixa				
Depreciações	9.476	11.121	13.361	15.122
Amortizações	7.755	8.199	7.834	8.264
Custo líquido na alienação de ativo imobilizado	12.075	12.677	23.168	14.420
Custo líquido na alienação de bens destinados a venda	34.319	-	34.319	-
Custo de Mais valia	-	-	-	(9.759)
Custo líquido na alienação de ativo intangível	-	-	-	509
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.225	(10.854)	-	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	13.115	11.238	13.105	11.111
Varição monetária e cambial sobre empréstimos	924	(898)	2.419	427
Valorizações de derivativos ao valor justo por meio do resultado	(315)	1.086	(314)	1.086
Reversão / (provisão) para liquidação de créditos duvidosos	-	-	-	-
Reversão de provisão demandas judiciais	(1.760)	941	(1.425)	(1.158)
Provisão IR/CS Diferido	(2.425)	889	(3.554)	(562)
Provisão de Benefício a empregado	348	-	-	-
Total de receitas que não afetam o caixa	77.737	34.399	88.913	39.460
Aumento líquido/(redução) de ativos e passivos	77.737	34.399	88.913	39.460
Contas a receber	5.485	(3.845)	(1.082)	(5.585)
Provisão para imposto de renda e contrib. social diferidos	2.056	9.211	3.185	10.662
Impostos e contribuições a recuperar	(23.545)	(5.238)	(23.903)	(8.031)
Bens destinados a venda	(21.912)	428	(21.912)	428
Estoque	(380)	(411)	(734)	(489)
Despesas antecipadas	(266)	(247)	(140)	(574)
Depósitos judiciais e outros	(1.045)	(1.164)	(1.733)	(1.813)
Operações a Receber	7.711	471	20.851	3.061
Contas a receber de partes relacionadas	6.420	(39.329)	517	(47.672)
Adiantamento para Futuro Investimento	-	426	-	-
Fornecedores	49	1.265	(7.826)	3.399
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias	24.675	2.143	23.901	2.717
Recebimentos antecipados	13.502	(2.695)	17.790	(1.852)
Outras contas a pagar	340	(1.170)	1.667	(2.952)
Contas a pagar por aquisições	(11.120)	(12.039)	(11.120)	(12.039)
Transações com partes relacionadas	3.000	-	-	-
Outros ajustes	-	-	-	-
Programas de refinanciamentos fiscais e previdenciários	-	-	-	-
Fluxo de caixa gerado/(consumido) proveniente das atividades operacionais	14.747	(24.324)	25.108	(23.780)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	-	(3.518)	(2.517)
Fluxo de caixa gerado/(consumido) proveniente das atividades operacionais	14.747	(24.324)	21.590	(26.297)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Acréscimo de investimentos	-	(19.885)	-	(16)
Aquisição do ativo imobilizado	(61.926)	(49.536)	(77.602)	(84.343)
Acréscimo Imobilizado liq Expresso Brasileiro Viação Ltda.	-	-	-	-
Aquisição de Intangível	(4.148)	(2.610)	(4.170)	(3.211)
Dividendos recebidos de controladas	-	5.000	-	-
Caixa líquido consumido proveniente da atividade de investimentos	(66.074)	(67.031)	(81.772)	(87.570)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos	65.104	56.833	71.298	82.455
Amortização de empréstimos	(39.234)	(31.089)	(42.405)	(33.402)
Pagamento de juros	(11.184)	(10.091)	(11.597)	(10.618)
Distribuições de dividendos	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Aumento de capital	22.000	56.002	22.000	56.002
Ajuste de exercicios anteriores	-	-	-	-
Passivo de Direito de Uso	-	-	-	-
Caixa líquido gerado proveniente da atividade de financiamentos	36.686	71.654	39.296	94.437
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(14.641)	(19.701)	(20.886)	(19.430)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	94.775	114.475	105.366	124.796
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	80.134	94.775	84.480	105.366
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(14.641)	(19.701)	(20.886)	(19.430)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

A Companhia está sediada na Avenida Mario Gurgel, Nº 5.030, Vila Capixaba - Cariacica/ES, e tem por objeto principal a prestação de serviço de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de passageiros nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Sergipe, Alagoas e Rondônia, podendo participar em outras empresas como quotista ou acionista.

A Companhia e suas controladas desenvolvem seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial, utilizando-se, eventualmente, da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando custos administrativos e esforços de gestão.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas fazem parte do Grupo Águia Branca, o qual possui negócios nas áreas de logística, transporte rodoviário, transporte aéreo e comércio de veículos e peças. A atividade relacionada com a área de transporte rodoviário é desenvolvida pela Companhia e suas controladas. Os demais negócios são realizados por outras empresas, que não possuem relação societária direta com a Companhia e suas controladas, não sendo, portanto, consolidados nestas demonstrações contábeis.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Companhia em 30 de março de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritos a seguir.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

As demonstrações contábeis da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas são as seguintes:

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

2.2.2 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas.

Contabilidade de hedge

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de hedge do IFRS 9/CPC 48. Isso exige que a administração assegure que as relações de hedge estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que o Grupo aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge.

A Companhia utiliza contratos a termo de moeda estrangeira para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa decorrentes de variações nas taxas de câmbio relacionadas com empréstimos em moeda estrangeira. É designado apenas a mudança no valor justo do elemento spot do contrato de câmbio a termo como o instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A parcela efetiva das variações no valor justo dos instrumentos de hedge é acumulada em uma reserva de hedging de fluxo de caixa como componente separado dentro do patrimônio líquido.

A Companhia também utiliza contratos a termo para proteção das exposições nas alterações do valor justo decorrentes de variações nas taxas de juros relacionadas com empréstimos em moeda nacional. É designado apenas a mudança no valor justo do elemento spot do contrato a termo como o instrumento de hedge nas relações de hedge de valor justo. As variações no valor justo dos instrumentos de hedge são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

A aplicação da contabilidade de hedge não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.2.4 Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.2.5 Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.2.6 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por impairment, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Ano</u>
Edificações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.7 Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.2.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.2.9 Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas do grupo para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir:

a) Venda de serviços

As empresas do grupo realizam a prestação de serviços de transporte rodoviário. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados durante o período até a data do balanço.

2.3 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Norma: IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01 de janeiro de 2019)

- **Requerimento:** a nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamentos a pagar. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento;
- **Impacto nas demonstrações financeiras:** aplicação em exercícios anuais, iniciados em 1º de janeiro de 2019, com alteração na contabilização e classificação dos arrendamentos mercantis.

Norma: Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)

- Requerimento: a Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos;
- Impacto nas demonstrações financeiras: a Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

NBC TG CPC 06 - R3/IFRS 16 - Arrendamento mercantil

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos.

A Companhia aplicou inicialmente a NBC TG 06/R3 (IFRS 16) em 1º de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a NBC TG 06/R3 (IFRS 16). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou a NBC TG 06/R3 (IFRS 16) apenas para os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos. A Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil.

Os impactos significativos identificados pela adoção da NBC TG 06/R3 (IFRS 16) nos ativos e passivos da Companhia são decorrentes dos contratos de arrendamento de imóveis utilizados pela Companhia e por suas controladas para suas unidades operacionais (sede e filiais).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Adicionalmente, a NBC TG 06/R3 (IFRS 16) substituiu a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia aplicou os requerimentos da NBC TG 06/R3 (IFRS 16) em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos conforme abaixo:

	Controladora		
	Sem IFRS 16		Com IFRS 16
	(NBC TG 06/R3)		(NBC TG 06/R3)
	31/12/2018	Ajustes	01/01/2019
Balço Patrimonial			
Imobilizado (ativo)	-	118	118
Arrendamento (Passivo)	-	(118)	(118)

	Consolidado		
	Sem IFRS 16		Com IFRS 16
	(NBC TG 06/R3)		(NBC TG 06/R3)
	31/12/2018	Ajustes	01/01/2019
Balço Patrimonial			
Imobilizado (ativo)	-	1.843	1.843
Arrendamento (Passivo)	-	(1.843)	(1.843)

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainly over Income Tax Treatments)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia não sofreram alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.4 Novas normas ainda não vigentes

Norma: IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)

- Requerimento: Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.
- Impacto nas demonstrações contábeis: A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos;
- Benefício a empregados;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (Nota Explicativa nº6);
- Estimativa de realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, ativos (Nota Explicativa nº21).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.6. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis.

2.6.1. Controladas

A Companhia detém participação nas seguintes empresas controladas:

- 99,99% de participação na Viação Salutaris e Turismo S/A. Esta empresa tem por objeto principal o transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de passageiros, operando nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, entre outras localidades;
- 100% de participação na Lynx Comércio de Veículos Ltda., sendo 98,20% diretamente e 1,80% indiretamente por meio da controlada integral Viação Salutaris e Turismo S/A. Esta empresa tem como atividade principal a revenda, no mercado doméstico, dos veículos da frota operacional da Companhia e da controlada Viação Salutaris e Turismo S/A;
- 99,34% de participação na Expresso Brasileiro Viação Ltda. Esta empresa tem por objeto principal o transporte rodoviário interestadual de passageiros, operando no trecho Rio de Janeiro X São Paulo.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações realizadas pelas controladas da Companhia.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(i) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(ii) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía uma exposição cambial líquida direta que impactasse nas demonstrações contábeis.

(iii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iv) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 6).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 5)	80.134	94.775	84.480	105.365
Contas a receber (Nota nº 6)	11.004	16.488	26.879	25.797

(v) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia e suas controladas, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas mantinham fundos de curto prazo investidos de R\$ 78.938 (2018 R\$ 98.187) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Natureza	Consolidado				Valor Justo
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos	37.563	92.543	96.046	-	226.152
Fornecedores	13.598	1.867	-	-	15.465
	<u>51.161</u>	<u>94.410</u>	<u>96.046</u>	<u>-</u>	<u>241.617</u>

3.3. Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizam captações de recursos com terceiros que são atualizadas por juros pré-fixados acrescidos das variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A seguir, demonstram-se as análises de sensibilidade das possíveis oscilações desta taxa, considerando cenários positivos ou negativos, que podem gerar prejuízos ou ganhos materiais para a Companhia.

Para o cenário de juros no mercado interno, que considera a TJLP como seu principal indexador, tendo como base a taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2019 no montante de 5,79% ao ano, projetamos os seguintes cenários:

Descrição	Cenário positivo		Cenário negativo	
	-25%	-50%	25%	50%
Valor total da dívida	226.152	226.152	226.152	226.152
Taxa estimada provável	5,79%	5,79%	5,79%	5,79%
Despesa financeira provável	(13.094)	(13.094)	(13.094)	(13.094)
Taxa estimada considerando os cenários	4,34%	2,90%	7,24%	8,69%
	<u>(9.821)</u>	<u>(6.547)</u>	<u>(16.368)</u>	<u>(19.641)</u>
Acréscimo/(decréscimo) na despesa	<u>3.274</u>	<u>6.547</u>	<u>(3.274)</u>	<u>(6.547)</u>

3.4. Gestão de capital

Os objetivos da gestão de capital da Companhia e de suas controladas são de assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte, perante as instituições e uma relação de capital ótima, salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, entre outros.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa e títulos e aplicações financeiras):

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	(226.152)	(193.645)
Caixa e equivalentes de caixa	5.542	7.178
Aplicações financeiras	78.938	98.187
Dívida líquida	(141.671)	(88.279)
Patrimônio Líquido	367.249	415.634
Índice de alavancagem financeira	-39%	-21%

3.5. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 48 /IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 13.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Análise de sensibilidade

A Companhia realiza captações de recursos com terceiros que são atualizadas por juros pré-fixados acrescidos das variações da Taxa de Longo Prazo (TLP) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A seguir, demonstram-se as análises de sensibilidade das possíveis oscilações desta taxa, considerando cenários positivos ou negativos, que podem gerar prejuízos ou ganhos materiais para a Companhia.

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

4. Estimativas e premissas contábeis críticas

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção;
- Provisões: a determinação de provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Impairment: a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável;
- Valor justos de instrumentos financeiros: o valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Companhia com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	1.852	2.471	2.744	3.602
Bancos conta movimento	1.986	2.621	2.798	3.576
Aplicações financeiras (i)	76.296	89.684	78.938	98.187
	<u>80.134</u>	<u>94.775</u>	<u>84.480</u>	<u>105.366</u>

- (i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), realizadas junto às instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média anual de 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A disponibilidade para os resgates pode ser efetuada à vista e em até dois dias úteis. Não há garantias atreladas aos seus saldos. As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cartões de crédito	7.583	12.938	18.673	15.099
Títulos e duplicatas	3.111	2.979	6.745	9.822
Agências e outros	310	571	1.461	876
Perdas Estimadas para Liquidação de Créditos Duvidosos (PELCD)	-	-	-	-
	<u>11.004</u>	<u>16.488</u>	<u>26.879</u>	<u>25.797</u>

A Companhia e suas controladas prestam serviços para o público em geral, tendo como forma predominante de recebimento de suas vendas valores em espécie e por meio de cartões de crédito, não apresentando dificuldade na realização das contas a receber, bem como não apresentando histórico de perdas significativas.

O saldo a receber de cartões de créditos não possui valores significantes vencidos, sendo a maior parte a vencer no período de um a três meses.

A abertura do saldo a receber de títulos e duplicatas pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	2.490	2.069	4.187	4.186
Vencidos	-	-	-	-
Vencidos de um a 30 dias	195	317	924	951
Vencidos de 31 a 90 dias	415	59	465	4012
Vencidos de 91 a 180 dias	5	19	8	40
Vencidos de 181 a 365 dias	5	7	14	19
Vencidos há mais de 365 dias	1	509	1147	613
	<u>621</u>	<u>911</u>	<u>2.558</u>	<u>5.636</u>
	<u>3.111</u>	<u>2.979</u>	<u>6.745</u>	<u>9.822</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente sua carteira de recebíveis vencidos há mais de 30 dias, constituindo provisão para liquidação de créditos duvidosos para todos os títulos julgados por sua Administração como de difícil realização. O montante de títulos vencidos em 31 de dezembro de 2019 é justificado por atrasos pontuais de órgãos governamentais, bem como negociações de dívidas já firmadas.

Movimentação das Perdas Estimadas para Liquidação de Créditos Duvidosos (PECLD)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	-	(165)	-	(291)
Reversão de provisão para perdas	-	165	-	291
Saldo final	-	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

7. Operações a Receber

Representado por parcelas a receber pela alienação de linhas operadas pela Companhia na Região de Itaberaba e Irecê no estado da BA:

Parcelas de curto prazo:

Descrição	Encargos	Indexador	Vencimento	Quantidade de parcelas	Controladora		Consolidado	
					2019 Valor	2018 Valor	2019 Valor	2018 Valor
Venda de Imobilizado	-	IPCA	Mensal	12	3.643	3.643	3.643	3.643
Arrendamento mercantil	-	IPCA	Semestral	3	-	-	-	1.874
Outros	-	-	-	-	2.960	7.582	4.622	10.457
					<u>6.603</u>	<u>11.225</u>	<u>8.265</u>	<u>15.974</u>

Parcelas de longo prazo:

Descrição	Encargos	Indexador	Vencimento	Quantidade de parcelas	Controladora		Consolidado	
					2019 Valor	2018 Valor	2019 Valor	2018 Valor
Venda de Imobilizado	-	IPCA	Mensal	28	1.185	4.741	1.185	4.741
Arrendamento mercantil (i)	-	IPCA	Semestral	11	-	-	-	10.054
Outros	-	-	-	-	607	139	609	141
					<u>1.792</u>	<u>4.880</u>	<u>1.794</u>	<u>14.936</u>

(i) A Administração aplicou o teste de recuperabilidade e entendeu que não há expectativa de recuperação deste arrendamento, de acordo com o item 5.5 do IFRS 9.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

8. Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	8.683	5.464	11.878	8.915
ICMS adquirido lei 10.869/18	26.671	-	26.671	-
Imposto de renda (IRRF e IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	8.745	14.769	10.697	16.579
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	283	276	283	276
IRF a incorrer	12	-	12	-
Outros	661	631	1.403	902
	<u>45.055</u>	<u>21.141</u>	<u>50.944</u>	<u>26.672</u>
Composição do imp. renda e da contrib. Social diferidos				
IR/ CS Diferidos S Prov Benef pos emprego	170	170	170	170
IR/ CS Diferidos S Variação Cambial	-	369	-	369
	<u>170</u>	<u>539</u>	<u>170</u>	<u>539</u>
	<u>45.225</u>	<u>21.680</u>	<u>51.115</u>	<u>27.212</u>
Circulante	36.372	16.045	38.620	17.680
Não circulante	8.854	5.635	12.494	9.531

O ICMS está representado, principalmente, pelo crédito relativo às aquisições de ativo imobilizado, utilizado a razão mensal de (1/48) avos, conforme legislação fiscal vigente.

9. Bens destinados à venda

Representado por ônibus não mais alocados nas operações da Companhia, disponíveis para venda, avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	-	428	-	595
(+) adições	34.319	-	34.319	-
(-) provisões impairment	(12.407)	-	(12.407)	-
(-) Itens alienados no período	-	(428)	-	(595)
Saldo final	<u>21.912</u>	<u>-</u>	<u>21.912</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

10. Transações com partes relacionadas

10.1. Operações mercantis e financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante				
Lynx Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-
Viação Salutaris e Turismo S.A.	-	108	-	-
Expresso Brasileiro Viação LTDA (i)	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>108</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo não circulante				
Viação Salutaris e Turismo S.A.	-	162	-	-
Águia Branca Turismo Ltda.	30	30	30	30
SULBA - Cia de Viação Sul Bahiano	673	580	673	580
Lynx Comércio de Veículos Ltda.	358	358	-	-
Águia Branca Encomendas (I)	-	227	-	437
Expresso Brasileiro Viação LTDA (i)	-	-	-	-
Águia Branca Participações S.A. (i)	46.292	52.308	75.218	75.392
	<u>47.353</u>	<u>53.665</u>	<u>75.921</u>	<u>76.438</u>

(i) Empréstimo de mutuo sem incidência de juros e prazo de vencimento indeterminado.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo circulante				
Rio Novo Locações Ltda. (i)	-	-	-	-
Viação Salutaris e Turismo (ii)	3.000	-	-	-
Outros	12	12	12	12
	<u>3.012</u>	<u>12</u>	<u>12</u>	<u>12</u>

(i) Locação de móveis da Viação Águia Branca S/A para a Rio Novo Locações Ltda.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Águia Branca Encomendas (i)	1.433	1.433	2.693	2.693
Vix Logística	56	56	134	117
	<u>1.489</u>	<u>1.489</u>	<u>2.827</u>	<u>2.810</u>

(i) Receita de aluguel na locação de espaços para transporte de encomendas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos serviços				
Rio Novo Locações Ltda. (i)	(18.971)	(17.257)	(18.971)	(17.257)
Viação Salutaris e Turismo	(67)	(67)	-	-
	<u>(19.038)</u>	<u>(17.323)</u>	<u>(18.971)</u>	<u>(17.257)</u>

(i) Despesas relacionadas a locações de imóveis da empresa Rio Novo Locações Ltda.

As operações de prestação de serviços e locação de imóveis entre as empresas são realizadas com base em condições, preços e prazos definidos pelas partes envolvidas, consideradas pela Administração como estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

10.2. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração total da administração registradas na rubrica “despesas administrativas” na controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.134 (R\$ 5.313 em 2018), pagos na forma de salários, não existindo bônus ou outras formas de remuneração.

11. Depósitos judiciais e outros

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos judiciais	11.097	10.052	14.649	13.263
Outros	55	55	817	471
	<u>11.152</u>	<u>10.107</u>	<u>15.467</u>	<u>13.734</u>

Os depósitos judiciais estão representados por coberturas em processos trabalhistas, tributários e cíveis para possíveis perdas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

12. Investimentos

Descrição	% - Participação acionária	Investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2019	2018	2019	2018
Viação Salutaris e Turismo S/A	99,99	52.760	63.995	(11.235)	1.605
Lynx Comércio de Veículos Ltda.	100,00	6.877	7.044	(166)	(12)
Expresso Brasileiro Viação Ltda.	99,34	29.018	21.840	7.225	9.261
Outros		-	-	-	-
		<u>88.655</u>	<u>92.880</u>	<u>(4.177)</u>	<u>10.854</u>
Ágio na aquisição da controlada					
Viação Salutaris e Turismo S/A		29.543	29.543	-	-
Expresso Brasileiro Viação Ltda. (i)		102.144	102.144	-	-
		<u>220.342</u>	<u>224.567</u>	<u>(4.177)</u>	<u>10.854</u>

(i) O Ágio na controlada Expresso Brasileiro Viação Ltda. é composto por:

Descrição	R\$
(i) Ágio por rentabilidade futura goodwill	83.614
(i) Valor Justos dos ativos líquidos adquiridos	28.703
(i) (-) Ajuste a valor presente do investimento	(10.173)
	<u>102.144</u>

12.1. Movimentação dos investimentos

	Viação Salutaris e Turismo S.A.	Lynx Comércio de Veículos Ltda	Expresso Brasileiro Viação Ltda.	Total
Saldo final em 2017	67.390	7.057	2.512	76.959
(+) Aumento de Capital			10.126	10.126
(+/-) Equiv. Patrim.	1.605	(12)	9.261	10.854
(-) Distribuição de lucros	(5.000)			(5.000)
(-) Perda/Dimin.de partic.			(59)	(59)
Saldo final em 2018	63.995	7.044	21.840	92.879
				-
(+/-) Equiv. Patrim.	(11.235)	(167)	7.178	(4.224)
(+/-) Correção Eq. Patrim.				-
(-) Distribuição de				-
Saldo final em 2019	<u>52.760</u>	<u>6.877</u>	<u>29.018</u>	<u>88.655</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

13. Imobilizado Líquido

Controladora					
Descrição	Taxa de	Custo	Depreciação	2019	2018
	depreciação				
	(%)				
Terrenos		542	-	542	542
Edificações	4	4.075	(2.051)	2.024	1.269
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	14.735	(4.759)	9.976	8.049
Veículos de uso próprio	10	275.645	(34.759)	240.886	238.178
Móveis e utensílios	10	5.725	(4.854)	871	848
Equipamentos de informática	20	11.910	(10.599)	1.311	1.584
Máquinas e equipamentos	10	5.244	(3.986)	1.258	1.189
Imobilização em andamento	-	5.829	-	5.829	4.982
Total		323.705	(61.008)	262.697	256.641

Consolidado					
Descrição	Taxa de	Custo	Depreciação	2019	2018
	depreciação				
	(%)				
Terrenos		3.755	-	3.755	3.755
Edificações	4	26.762	(15.148)	11.614	11.530
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	122.756	(5.408)	117.348	98.838
Veículos de uso próprio	10	277.473	(53.553)	223.920	238.406
Móveis e utensílios	10	8.303	(6.402)	1.901	1.581
Equipamentos de informática	20	13.780	(12.612)	1.168	2.047
Máquinas e equipamentos	10	7.536	(5.402)	2.134	2.068
Imobilização em andamento	-	8.450	-	8.450	5.312
Total		468.815	(98.525)	370.290	363.536

(i) Amortização realizada em conformidade com os prazos contratuais de locação, variando de 5 a 25 anos.

A movimentação dos bens reavaliados e dos efeitos tributários é como segue:

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Custo	Efeitos tributários	Reserva de reavaliação	Custo	Efeitos tributários	Reserva de reavaliação
Saldo em 31 de dezembro de 2017	0	(0)	-	11.760	(2.939)	8.821
Realização no exercício	-	-	-	(565)	141	(424)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	0	(0)	-	11.195	(2.798)	8.397
Realização no exercício				(565)	141	(424)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	0	(0)	-	10.630	(2.657)	7.973

O Imposto de Renda sobre essa reavaliação foi constituído e reconhecido na rubrica impostos diferidos no passivo não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A movimentação do imobilizado para os exercícios de 2019 e de 2018 encontra-se demonstrada a seguir:

Exercício 2019

Controladora					
Descrição	Custo				31/12/2019
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	542	-	-	-	542
Edifícios e construções	3.197	204	-	675	4.076
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12.185	121	-	2.428	14.734
Veículos de uso próprio	285.405	56.752	(17.484)	(49.027)	275.646
Móveis e utensílios	5.503	222	-	-	5.725
Equipamentos de informática	11.523	387	-	-	11.910
Máquinas e equipamentos	4.954	289	-	-	5.243
Imobilização em andamento	4.982	3.950	-	(3.103)	5.829
Total do Custo	328.291	61.925	(17.484)	(49.027)	323.705
Depreciação					
Descrição	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2019
Edifícios e construções	(1.928)	(123)	-	-	(2.051)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(4.136)	(622)	-	-	(4.758)
Veículos de uso próprio	(47.227)	(7.649)	5.409	14.708	(34.759)
Móveis e utensílios	(4.655)	(200)	-	-	(4.855)
Equipamentos de informática	(9.939)	(660)	-	-	(10.599)
Máquinas e equipamentos	(3.765)	(221)	-	-	(3.986)
Total da depreciação acumulada	(71.650)	(9.475)	5.409	14.708	(61.008)
Total do imobilizado líquido	256.641	52.450	(12.075)	(34.319)	262.697

Exercício 2018

Descrição	Custo				31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	542	-	-	-	542
Edifícios e construções	3.176	21	-	-	3.197
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12.185	-	-	-	12.185
Veículos de uso próprio	259.014	44.499	(18.109)	-	285.405
Móveis e utensílios	5.339	164	(1)	-	5.503
Equipamentos de informática	10.571	961	(10)	-	11.523
Máquinas e equipamentos	4.764	191	(0)	-	4.954
Imobilização em andamento	2.017	3.699	(734)	-	4.982
Total do Custo	297.609	49.536	(18.854)	-	328.291

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Descrição	Depreciação				31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	
Edifícios e construções	(1.825)	(103)	-	-	(1.928)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.661)	(475)	-	-	(4.136)
Veículos de uso próprio	(44.111)	(9.285)	6.169	-	(47.227)
Móveis e utensílios	(4.443)	(212)	1	-	(4.655)
Equipamentos de informática	(9.124)	(821)	6	-	(9.939)
Máquinas e equipamentos	(3.540)	(225)	0	-	(3.765)
Total da depreciação acumulada	(66.705)	(11.121)	6.176	-	(71.649)
Total do imobilizado líquido	230.904	38.415	(12.678)	-	256.642

Exercício 2019

Descrição	Consolidado				31/12/2019
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	
	Custo				
Terenos	3.755	-	-	-	3.755
Edifícios e construções	25.731	204	-	827	26.762
Benfeitorias em imóveis de terceiros	126.592	11.913	(18.194)	2.445	122.756
Veículos de uso próprio	287.145	56.839	(17.484)	(49.027)	277.473
Móveis e utensílios	8.042	262	-	-	8.304
Equipamentos de informática	13.323	458	-	-	13.781
Máquinas e equipamentos	6.019	2.252	-	(737)	7.534
Imobilização em andamento	5.312	5.674	-	(2.536)	8.450
Total do Custo	475.919	77.602	(35.678)	(49.028)	468.815
	Depreciação				
Edifícios e construções	(14.201)	(947)	-	-	(15.148)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(4.322)	(1.086)	-	-	(5.408)
Veículos de uso próprio	(70.845)	(9.927)	12.511	14.708	(53.553)
Móveis e utensílios	(6.166)	(235)	-	-	(6.401)
Equipamentos de informática	(11.746)	(866)	-	-	(12.612)
Máquinas e equipamentos	(5.103)	(300)	-	-	(5.403)
Total da depreciação acumulada	(112.383)	(13.361)	12.511	14.708	(98.525)
Total do imobilizado líquido	363.536	64.241	(23.167)	(34.320)	370.290

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Exercício 2018

Descrição	Custo				31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	3.818	-	(63)	-	3.755
Edifícios e construções	25.720	21	(10)	-	25.731
Benfeitorias em imóveis de terceiros	102.510	33.813	(9.731)	-	126.592
Veículos de uso próprio	260.730	44.525	(18.110)	-	287.144
Móveis e utensílios	7.631	411	(1)	-	8.042
Equipamentos de informática	12.270	1.063	(10)	-	13.323
Máquinas e equipamentos	5.210	810	(0)	-	6.019
Imobilização em andamento	2.347	3.699	(734)	-	5.312
Total do Custo	420.235	84.343	(28.660)	-	475.919

Descrição	Depreciação				31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	
Edifícios e construções	(13.288)	(922)	9	-	(14.201)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(32.454)	(3.355)	8.054	-	(27.755)
Veículos de uso próprio	(45.586)	(9.324)	6.171	-	(48.738)
Móveis e utensílios	(6.060)	(402)	1	-	(6.461)
Equipamentos de informática	(10.391)	(891)	6	-	(11.276)
Máquinas e equipamentos	(3.723)	(228)	0	-	(3.951)
Total da depreciação acumulada	(111.501)	(15.122)	14.241	-	(112.382)
Total do imobilizado líquido	308.734	69.221	(14.419)	-	363.536

Revisão da vida útil

As taxas de depreciação anual para os ônibus estão com base na vida útil-econômica dos bens que compõem este grupo, levando em consideração os valores residuais estimados. Os gastos com manutenção relevantes são reconhecidos no ativo imobilizado e depreciados de acordo com a vida útil definida.

A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2019, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

14. Intangível líquido

Controladora:

Descrição	Taxa de amortização	2019	2018
Concessão de linhas rodoviárias	6,67	29.583	29.583
Softwares	20	39.953	37.325
Outros	20	4.230	2.711
		<u>73.766</u>	<u>69.619</u>
(-) Amortizações acumuladas		(44.812)	(37.057)
		<u>28.954</u>	<u>32.562</u>

Consolidado:

Descrição	Consolidado		
	Saldo Anterior 31/12/2018	Adição	Saldo Final 31/12/2019
Ágios (Goodwill)			
Viação Salutaris e Turismo S/A	29.543	-	29.543
Expresso Brasileiro Viação Ltda.	83.805	-	83.805
Ágios (Mais Valia)	-	-	-
Expresso Brasileiro Viação Ltda.	28.703	-	28.703
(-) AVP sobre investimentos	-	-	-
Expresso Brasileiro Viação Ltda.	(10.173)	-	(10.173)
Concessão de linhas rodoviárias	-	-	-
Concessão de linhas rodoviárias	30.057	-	30.057
(-) Amortização de linhas rodoviárias	(16.448)	(2.170)	(18.618)
Sistemas e Softwares	-	-	-
Sistemas e Softwares	37.748	2.678	40.426
(-) Amortização de softwares	(20.932)	(5.607)	(26.539)
Outros ativos intangíveis	-	-	-
Outros ativos intangíveis	2.815	1.493	4.308
(-) Amortização outros intangíveis	(282)	(57)	(339)
Totais	<u>164.836</u>	<u>(3.663)</u>	<u>161.173</u>

A Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica dos itens que compõem seu ativo intangível e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2019, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

14.1. Ágios

14.1.1. Viação Salutaris e Turismo S.A.

Ágio originado na aquisição pela controladora Viação Águia Branca, fundamentado com base na expectativa de rentabilidade futura. A recuperabilidade em 31 de dezembro de 2019 foi testada com base na projeção de fluxo de caixa descontado e não houve indícios de redução de valor recuperável.

14.1.2. Expresso Brasileiro Viação Ltda.

Ágio originado na aquisição pela controladora Viação Águia Branca, fundamentado com base na expectativa de rentabilidade futura. A recuperabilidade em 31 de dezembro de 2019 foi testada com base na projeção de fluxo de caixa descontado e não houve indícios de redução de valor recuperável.

14.2. Concessão de linhas rodoviárias - Viação Águia Branca e Viação Salutaris e Turismo

Os valores pagos pelo direito de exploração de determinadas linhas rodoviárias, outorgadas pelo poder público, encontram-se amortizadas nas demonstrações contábeis. Os valores somente serão baixados, sem gerar efeitos na demonstração do resultado, após a conclusão do novo processo de autorização da malha rodoviária brasileira conduzido pela ANTT. O prazo médio das amortizações das linhas rodoviárias é de 15 anos.

Revisão da vida útil

A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

15. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Financiamento de veículos - FINAME	114.828	97.588	155.320	135.298
Capitação para Capital de Giro	68.287	56.197	68.287	56.197
Outros	1.231	2.150	2.545	2.151
	<u>184.345</u>	<u>155.935</u>	<u>226.152</u>	<u>193.645</u>
Circulante	30.878	39.446	37.563	42.443
Não Circulante	153.467	116.489	188.589	151.202

Exercício 2019 - Consolidado

Linha de Captação	Taxa de juros anual	Índice de atualização	Itens financiados	Garantias	Vencimentos	Saldo em 31/12/2019
Capital de Giro	2,85% a 2,98%	CDI	Capital de Giro	Aval	2018 a 2022	68.287
Finame	2,2% a 10,0%	TJLP, Selic	Onibus	Aval, nota promissória e alienação do bem	2018 a 2026	155.320
Leasing	0,6% a 1,96%	CDI	Equipamentos	Arrendamento	2018 a 2024	2.545
						<u>226.152</u>

Resumo derivativos

Emp	Instituição	Moeda	Recebe	Paga	Data Início	Data		Valor Nacional R\$	SWAP	SWAP	Accrual x
						Vencimento	Accrual		Valor	Valor	
VAB	Bradesco	R\$	7,35%	CDI+1,90%	15/08/19	19/07/24	26.600	55	583	(528)	
VAB	Bradesco	R\$	7,48%	CDI+1,90%	29/08/19	02/08/24	11.000	17	276	(258)	
						Totais	<u>37.600</u>	<u>73</u>	<u>859</u>	<u>(786)</u>	

15.1. Garantias

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, representado principalmente por ônibus, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

15.2. Composição da parcela de longo prazo

As parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

Exercício 2019 consolidado

Ano	Instituições Financeiras								Total
	Banco do Brasil	Banco Bradesco	Daimler Chrysler	Passivo de Direito de Uso	Meridian do Brasil S/A	Banco J. Safra S.A.	Banco Santander Brasil S.A.	Banco Scania	
2020	1.714	3.164	12.078	762	303	11.690	13.278	-	42.989
2021	1.714	16.219	15.373	-	71	8.737	7.440	-	49.554
2022	1.714	16.219	15.373	-	-	8.737	1.488	-	43.531
2023	428	16.466	24.958	-	-	4.047	254	-	46.153
Após 2023	0	933	5.429	-	-	-	-	-	6.362
	<u>5.569</u>	<u>53.002</u>	<u>73.210</u>	<u>762</u>	<u>375</u>	<u>33.211</u>	<u>22.459</u>	<u>-</u>	<u>188.589</u>

Exercício 2018 consolidado

Ano	Passivo								Total
	Banco do Brasil	Banco Bradesco	Daimler Chrysler	de Direito de Uso	Meridian do Brasil S/A	Banco J. Safra S.A.	Banco Santander Brasil S.A.	Banco Scania	
2019	1.714	2.121	2.796	-	358	11.514	13.251	388	32.141
2020	1.714	3.472	8.347	-	274	11.319	13.273	-	38.399
2021	1.714	3.600	8.653	-	50	8.656	7.453	-	30.124
2022	1.714	3.742	8.992	-	-	9.108	1.489	-	25.044
Após 2022	428	5.182	15.215	-	-	4.416	253	-	25.494
	<u>7.282</u>	<u>18.116</u>	<u>44.002</u>	<u>0</u>	<u>682</u>	<u>45.013</u>	<u>35.718</u>	<u>388</u>	<u>151.202</u>

15.3. Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31/12/2017	124.476	4.380	128.856	137.780	4.807	142.587
Empréstimos e financiamento obtidos	56.833	-	56.833	82.455	-	82.455
Variação Monetária e Cambial	188	1.324	1.512	188	1.325	1.513
Encargos financeiros provisionados	-	9.913	9.913	-	11.111	11.111
Encargos financeiros pagos	-	(10.091)	(10.091)	-	(10.618)	(10.618)
Amortização de financiamentos	(31.089)	-	(31.089)	(33.402)	-	(33.402)
Saldos em 31/12/2018	150.408	5.526	155.934	187.021	6.625	193.646
Empréstimos e financiamento obtidos	65.104	-	65.104	71.298	-	71.298
Variação Monetária e Cambial	(161)	2.266	2.105	(161)	2.266	2.105
Encargos financeiros provisionados	-	11.620	11.620	-	13.105	13.105
Encargos financeiros pagos	-	(11.184)	(11.184)	-	(11.597)	(11.597)
Amortização de financiamentos	(39.235)	-	(39.235)	(42.405)	-	(42.405)
Saldos em 31/12/2019	<u>176.116</u>	<u>8.228</u>	<u>184.344</u>	<u>215.753</u>	<u>10.399</u>	<u>226.152</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

15.4. Obrigações adicionais

Na divisão de passageiros a controlada Viação Águia Branca realizou operações de captação para investimentos com obrigações adicionais.

Os contratos preveem obrigações adicionais conforme seguem:

Índices financeiros, da divisão passageiros (Testados todo final de ano)	Dívida Líquida/EBITDA igual ou menor a 3,0.
Companhia Controladora (balanço consolidado)	Dívida Líquida/EBITDA igual ou menor a 2,5

Em 31 de dezembro de 2019, nenhum dos itens relacionados em contrato, que pudessem ensejar em liquidação antecipada, foram constatados.

16. Fornecedores

Representado por contas a pagar por compras de combustíveis, pneus, peças para manutenção e outros.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores	9.827	11.644	13.598	21.424
	<u>9.827</u>	<u>11.644</u>	<u>13.598</u>	<u>21.424</u>

17. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Obrigações trabalhistas e previdenciárias				
Previdenciárias - FGTS/INSS	1.696	1.594	1.221	1.888
Com pessoal - salários/outros	143	1.086	143	1.086
Provisão - férias e encargos	8.120	8.932	10.910	11.649
	<u>9.959</u>	<u>11.612</u>	<u>12.274</u>	<u>14.623</u>
Obrigações tributárias				
Federais - PIS/COFINS/IRPJ/CSL	2.432	2.641	6.024	6.303
Estaduais - ICMS a recolher (i)	29.994	3.454	32.377	5.846
Municipais - ISS a recolher	18	21	21	23
	<u>32.444</u>	<u>6.116</u>	<u>38.422</u>	<u>12.171</u>
	<u>42.403</u>	<u>17.728</u>	<u>50.696</u>	<u>26.795</u>
<i>Parcela de curto prazo</i>	42.403	17.728	49.739	25.838
<i>Parcela de longo prazo</i>	-	-	957	957

(i) Referente a crédito de ICMS adquirido lei 10.869/18.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

18. Recebimentos antecipados

Representado por passagens vendidas antecipadas cujo embarque ocorrerá em até 90 dias.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recebimentos Antecipados	24.867	11.364	37.489	19.699
	<u>24.867</u>	<u>11.364</u>	<u>37.489</u>	<u>19.699</u>

19. Contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Parcelas de Curto Prazo	8.034	7.694	9.129	9.329
Parcelas de Longo Prazo	1.867	-	1.867	-
	<u>9.901</u>	<u>7.694</u>	<u>10.996</u>	<u>9.329</u>

Valores referentes a parcelamento de aquisição de ICMS adquirido lei 10.869/18; Seguros a pagar; Cauções de Agências e Credores Diversos.

20. Contas a pagar por aquisições

Em 01 de setembro de 2017 foi realizada a aquisição da Expresso Brasileiro Viação Ltda. dos antigos proprietários: Viação Santa Cruz Ltda. e GSC Administração e Participações S.A., ao valor de R\$ 102.625.114.

O pagamento desta operação foi estabelecido da seguinte forma:

- 38.000 na aprovação do negócio junto ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica);
- 24 parcelas no valor unitário de R\$ 1.062 até setembro do ano de 2019, sendo a primeira parcela com vencimento de 30 dias após o pagamento da parcela inicial;
- 36 parcelas de R\$ 1.087 até setembro de 2022 sequenciais às parcelas mencionadas acima.
- Ajuste a valor presente: R\$ 10.114.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2019 esta obrigação está representada por:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Viação Santa Cruz Ltda.				
Circulante	10.741	10.032	10.741	10.032
Não Circulante	16.363	28.191	16.363	28.191
	<u>27.104</u>	<u>38.224</u>	<u>27.104</u>	<u>38.224</u>

Composição da dívida no Longo Prazo:

Ano	Viação Santa Cruz Ltda.	(-) AVP	Total
2021	13.045	(3.007)	10.038
2022	8.697	(2.372)	6.325
	<u>21.742</u>	<u>(5.379)</u>	<u>16.363</u>

21. Riscos Fiscais e outros passivos contingentes

A Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e benefícios pós emprego que estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são garantidos por depósitos judiciais no montante de R\$ 15.467 conforme mencionado na nota explicativa nº 11, cujo saldos são R\$ 11.152 na controladora e R\$ 15.467 no consolidado. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas controladas mantinham uma provisão nas demonstrações contábeis correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável como a seguir resumido:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Consolidado			
	2019		2018	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Trabalhistas	1.982	10.635	1.848	9.135
Cíveis	1.843	1.684	3.750	1.684
Tributárias	1.245	3.148	1.245	2.915
	<u>5.070</u>	<u>15.467</u>	<u>6.842</u>	<u>13.734</u>
		-		-
	Trabalhista	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2017	1.265	5.490	1.245	8.000
Adições	582	741	-	1.323
Reversões/baixas	-	(2.481)	-	(2.481)
Saldo em 31/12/2018	1.848	3.750	1.245	6.842
Adições	161	108	-	270
Reversões/baixas	(27)	(2.015)	-	(2.042)
Saldo em 31/12/2019	<u>1.982</u>	<u>1.843</u>	<u>1.245</u>	<u>5.070</u>

21.1. Provisões trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento, movidas por ex-empregados. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que devem-se realizar, o montante provisionado de R\$ 1.982 (R\$ 1.847 em 2018) é considerado suficiente pela Administração para às perdas esperadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas eram parte em 100 ações trabalhistas que questionavam, principalmente, a cobrança de horas extras, equiparação salarial, acidente de trabalho e verbas indenizatórias. Os assuntos abordados nestas ações são considerados como normais pela Administração.

21.2. Provisões cíveis

Referem-se, principalmente, a passageiros que tiveram suas viagens interrompidas ou não atendidas, bem como extravios de bagagens, em decorrência de fatores não gerenciáveis pela Administração. Os valores individuais e quantidade de casos não são significativos, quando comparados ao volume de passageiros transportados pela Companhia e suas controladas. O montante provisionado de R\$ 1.843 (R\$ 3.749 em 2018) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas eram parte em 249 ações cíveis que questionavam, principalmente, a cobrança de indenizações por extravios de bagagens, atrasos de viagens e acidentes leves envolvendo veículos e pessoas. Os assuntos abordados nestas ações são considerados como normais pela Administração.

21.3. Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas eram parte em 8 ações tributárias, sendo as principais relacionadas ao questionamento da incidência do Impostos da esfera federal cujo risco de perda foi considerado possível.

21.4. Provisão de Benefício pós Emprego e outros

A Companhia avalia os impactos dos benefícios pós emprego em seus resultados abrangentes através de laudo especializado que evidenciou a necessidade do reconhecimento dos efeitos atuariais nos resultados, conforme abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldos iniciais	1.525	1.610	1.525	1.610
(+/-) Acréscimo de provisão	347	(85)	348	(85)
Saldos finais	1.872	1.525	1.872	1.525

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 431.530 (R\$ 409.530 em 2018), representado por 671.022.602 ações ordinárias (636.812.937 em 2018), nominativas e sem valor nominal, pertencentes em sua quase totalidade à companhia Águia Branca Participações S/A.

22.2. Reserva de retenção de lucros

A Companhia, em conformidade com seu estatuto social, mantém reserva de lucros que terão por fim assegurar recursos para financiar seus investimentos a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios e são formadas com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após as deduções legais e estatutárias, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

22.3. Reserva legal

Constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

22.4. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado;
- Distribuição de lucros mínimos obrigatórios, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a formação de reserva para contingências, ou conforme definido pelo estatuto social).

Os dividendos mínimos obrigatórios deliberados estão assim demonstrados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	(70.386)	(5.640)
(-) Reserva legal 5%	-	-
(=) Base dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>(70.386)</u>	<u>(5.640)</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 5%	5%	5%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	<u>-</u>	<u>-</u>

Não ocorreu distribuição de lucros durante o exercício de 2019.

22.5. Reserva de reavaliação

Refere-se à reavaliação da controladora e reflexo da controlada, de terrenos e edifícios, conforme comentado na nota explicativa nº 13. Atendendo às disposições legais, foi constituída provisão para imposto de renda sobre o saldo da reserva de reavaliação, classificada no passivo não circulante. Após a realização efetiva do ativo imobilizado, por meio da depreciação dos ativos, a parcela da reavaliação é transferida da reserva de reavaliação para as destinações legais do resultado auferido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

23. Prejuízo líquido por ação

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do Prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do prejuízo básico por ação é o seguinte:

	2019	2018
Prejuízo / Lucro do exercício	(70.386)	(5.640)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	671.023	636.813
Prejuízo / Lucro por lote de mil ações - básico	(0,1049)	(0,0089)

A Companhia e suas controladoras não possuem ações em potencial, ou seja, qualquer instrumento e contratos que possam resultar na emissão de ações, por isso, não foi demonstrado o resultado por ação diluído.

24. Receita operacional

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita com transporte de passageiros				
Interestadual	168.548	158.511	293.770	273.574
Intermunicipal	160.858	158.625	171.231	168.942
Municipal	130	134	129	134
	<u>329.536</u>	<u>317.270</u>	<u>465.130</u>	<u>442.650</u>
Fretamento - turismo				
Interestadual	9.642	9.324	16.407	16.402
Municipal	9.414	8.178	11.387	9.647
Excesso de bagagens e outras	795	704	1.313	1.292
	<u>19.851</u>	<u>18.206</u>	<u>29.107</u>	<u>27.341</u>
Receita operacional	349.387	335.476	494.237	469.991
Deduções da receita operacional	(55.319)	(51.470)	(80.547)	(73.984)
Receita operacional líquida	<u>294.068</u>	<u>284.006</u>	<u>413.690</u>	<u>396.007</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A evolução da receita com transporte de passageiros é predominantemente decorrente dos reajustes concedidos pelos órgãos reguladores, conforme tabela abaixo:

	Órgão	Data de Reajuste	% de reajuste
Interestadual	ANTT	01/07/2019	3,20%
Intermunicipal BA	AGERBA	07/05/2019	3,33%
Intermunicipal ES	CETURB	02/01/2019	3,98%
Intermunicipal MG	DER/MG	29/12/2019	8,90%
Intermunicipal RJ	DETRO	11/02/2019	3,22%

25. Custos e despesas operacionais

25.1. Custos dos serviços de transportes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo e despesa com pessoal	(83.247)	(77.298)	(120.058)	(112.266)
Combustíveis e lubrificantes	(52.090)	(48.633)	(71.963)	(69.404)
Depreciações e amortizações	(10.870)	(12.531)	(14.655)	(16.454)
Manutenções e revisões (outros custos com	(22.652)	(20.953)	(33.476)	(30.949)
Locação de bens	(25.396)	(23.103)	(28.957)	(27.927)
Serviços prestados por terceiros	(12.549)	(11.700)	(14.555)	(13.238)
Outros custos e despesas	(14.502)	(12.669)	(21.174)	(16.965)
	<u>(221.306)</u>	<u>(206.887)</u>	<u>(304.839)</u>	<u>(287.202)</u>

25.2. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos e despesas com pessoal	(12.278)	(11.283)	(12.390)	(11.703)
Depreciações e amortizações	(5.369)	(5.967)	(5.372)	(5.968)
Serviços prestados por terceiros	(5.419)	(3.944)	(5.592)	(4.221)
Honorários dos administradores	(5.135)	(5.313)	(5.610)	(5.769)
Outros custos e despesas	(15.333)	(13.100)	(17.140)	(15.003)
	<u>(43.534)</u>	<u>(39.607)</u>	<u>(46.104)</u>	<u>(42.664)</u>

25.3. Despesas comerciais

	Controladora		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Custos e despesas com pessoal	(22.137)	(19.063)	(27.678)	(24.389)
Depreciações e amortizações	(997)	(807)	(1.168)	(950)
Locação de bens	(95)	(110)	(160)	(164)
Serviços prestados por terceiros	(2.272)	(1.731)	(2.624)	(1.996)
Despesas c/ Vendas de Passagens e Agências	(16.212)	(15.709)	(22.376)	(21.254)
Despesas c/ Propaganda	(1.907)	(1.665)	(2.030)	(1.922)
Outros custos e despesas	(5.058)	(3.474)	(6.136)	(4.541)
	<u>(48.678)</u>	<u>(42.560)</u>	<u>(62.172)</u>	<u>(55.215)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

26. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras receitas operacionais				
Aluguéis	3.727	4.119	5.787	5.759
Indenizações	406	841	423	985
Receitas diversas	1.904	7.518	2.604	8.123
Operação Seguro APP (i)	1.958	2.092	2.176	2.981
Outros	12	16	88	141
	<u>8.007</u>	<u>14.586</u>	<u>11.078</u>	<u>17.989</u>
Outras despesas operacionais				
Impostos sobre outras receitas (ii)	(12.218)	(2.612)	(13.970)	(4.333)
Contribuição sindical e multas (iii)	(12.058)	(1.158)	(13.381)	(2.092)
Provisões para demandas judiciais	1.760	1.341	(10.156)	629
Despesas ambientais	(656)	(643)	(1.030)	(978)
Perdas por desvalorização frota (iv)	(12.407)	-	-	-
Outros	(7.006)	(4.743)	(21.605)	(5.251)
	<u>(42.585)</u>	<u>(7.815)</u>	<u>(60.142)</u>	<u>(12.025)</u>
	<u>(34.578)</u>	<u>6.771</u>	<u>(49.064)</u>	<u>5.964</u>

- (i) Seguro cobrado na venda de passagens, referente seguro de vida dos passageiros;
(ii) R\$ 10.036 referente a despesa de ICMS que estava em debate administrativo na SEFAZ ES;
(iii) R\$ 10.036 referente a Multa decorrente de ICMS que estava em debate administrativo na SEFAZ ES;
(iv) R\$ 12.407 referente a perdas por desvalorização de veículos-impairment de frota disponível para venda.

27. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financ.	(11.639)	(9.922)	(14.372)	(11.786)
Demais juros apurados (i)	(7.019)	(205)	(7.070)	(375)
Despesas com cartão de crédito	(5.400)	(4.082)	(5.400)	(4.082)
Outras despesas financeiras	(8.587)	(3.441)	(10.997)	(5.756)
	<u>(32.645)</u>	<u>(17.650)</u>	<u>(37.839)</u>	<u>(21.999)</u>
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financ.	4.415	3.627	4.822	4.217
Descontos e juros recebidos (ii)	22.830	881	22.899	1.188
Outras operações financeiras	1.841	1.067	1.841	1.067
	<u>29.086</u>	<u>5.575</u>	<u>29.562</u>	<u>6.472</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.559)</u>	<u>(12.075)</u>	<u>(8.277)</u>	<u>(15.527)</u>

- (i) R\$ 6.597 referente a juros decorrente de ICMS que estava em debate administrativo na SEFAZ ES.
(ii) R\$ 17.336 referente a deságio de aquisição de ICMS adquirido lei 10.869/18.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

28. Imposto de renda e contribuição social

28.1. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes das provisões tributárias	(67.960)	(6.529)	(67.325)	8.365
Alíquota Nominal	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
Despesa esperada à taxa nominal	(23.106)	(2.220)	(21.979)	2.520
Imposto de renda sobre:				
(+) Adições Permanentes	5.327	2.549	6.223	3.107
(+) Reavaliação de bens	-	-	-	-
(+) Diferenças temporárias	112	742	552	874
(+) Constituição de Provisões	5.034	149	8.233	920
(+) Prejuízo Fiscal	14.274	2.656	13.468	2.123
(+) Resultado Negativo de Equivalência	3.877	4	3.877	4
(+) Outros Efeitos e Ajustes	-	-	225	67
(-) Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	(2.440)	(3.695)	(2.440)	(3.695)
(-) Incentivos fiscais	-	-	(202)	(43)
(-) Efeito do cálculo do adicional federal de IR	-	-	(48)	(48)
(-) Outros Efeitos de Ajustes	(651)	(1.074)	(838)	(2.752)
Dif. tributação-lucro presumido	-	-	-	2
(=) Imposto de Renda	<u>2.425</u>	<u>(889)</u>	<u>7.071</u>	<u>3.079</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(3.518)	(2.517)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.425)	889	(3.554)	(562)
	<u>(2.425)</u>	<u>889</u>	<u>(7.071)</u>	<u>(3.079)</u>

28.2. Composição do imposto renda e da contribuição Social diferidos Ativos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IR/ CS Diferidos S Prov Benef pos emprego	170	170	170	170
IR/CS Diferidos S Variação Cambial	-	369	-	369
	<u>170</u>	<u>539</u>	<u>170</u>	<u>539</u>

28.3. Composição do imposto renda e da contribuição Social diferidos Passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Revisão de vida útil dos ônibus	60.346	58.013	72.583	69.122
Reavaliação de bens	-	-	3.364	3.364
Outros	9.789	10.066	9.789	10.066
	<u>70.135</u>	<u>68.078</u>	<u>85.736</u>	<u>82.552</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

29. Cobertura de seguros (não auditado)

Os valores segurados da controladora e suas controladas são determinados e contratados pela Administração em bases técnicas que contemplam o valor máximo passível de sinistro para a cobertura de eventuais perdas decorrentes desses sinistros com bens do ativo imobilizado, responsabilidade civil e danos (incêndio, queda de raio, explosão, vendaval e danos elétricos). A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2019, o valor de cobertura de eventuais sinistros montava em R\$ 63.136 (R\$ 63.136 em 2018).

Segue abaixo quadro demonstrativo das responsabilidades cobertas por seguros e os respectivos montantes em 31 de dezembro de 2019:

Modalidade do seguro	Cobertura R\$ mil
Multirisco	49.116
Responsabilidade Civil - RCO por evento	13.925
Acidentes pessoais de passageiros - Seguro APP por evento	95
Seguro de vida	12 X Salário do segurado
	63.136

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do exame das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

30. Evento subsequente

Em consonância com o Ofício Circular nº 02/2020 emitido em 10 de março de 2020 pela CVM, a Companhia informa que até o momento os efeitos causados pelo Coronavírus (COVID-19) não afetarão a continuidade do negócio. Tem constantemente avaliado os potenciais impactos do COVID-19 nas áreas administrativas e de operações e tem tomado todas as medidas necessárias visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos. Conforme atos normativos em sequência identificados: (i) Decretos do Estado da Bahia nº 19.549, de 18/03/2020; 19.550, de 19/03/2020 e Resolução AGERBA. nº 14, de 19/03/2020; (ii) Decretos do Estado do Rio de Janeiro nº 49.973, de 16/03/2020; 46.980, de 19/03/2020 e Portaria DETRO/PRES. nº 1518 de 16 de março de 2020; (iii) No Estado do Espírito Santo, a Norma Complementar CETURB/ES nº 03, de 19/03/2020, a companhia mantém a maior parte das suas operações suspensas desde o dia 21/03/2020 pelo prazo de 15 dias. Ressalta-se ainda que não houve impacto relevante ou material em seus negócios que justificasse alteração nos números relativos a 31 de dezembro de 2019. A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.